



Demonstrações Financeiras Anuais
Em 31 de Dezembro de 2023

Austral Seguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais 31 de dezembro de 2023

Sumário

Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	6
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Parecer dos atuários independentes	13
Balancos Patrimoniais	17
Demonstrações do Resultado	
19 Demonstrações do Resultado Abrangente	20
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais	23

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Contexto Organizacional

A Austral Seguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros corporativos especializados. Atualmente, a Companhia opera nos ramos de Seguro Garantia, Fiança Locatícia, Riscos de Petróleo, Riscos Marítimos - Casco, Riscos de Engenharia, Riscos Nomeados e Operacionais, Compreensivo Empresarial, Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O), Responsabilidade Civil - Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil Profissional (E&O), Transporte Nacional, Transporte Internacional e Responsabilidade Civil Transporte (Aéreo, Rodoviário e Desvio de Carga).

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Companhia tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras para seus clientes e na transferência de risco para seus parceiros.

Em 28 de abril de 2023, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de Financeira (FSR) para seguros e resseguros, elevou o rating de Força "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "A-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o upgrade refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "*strongest*". O relatório destaca, ainda, o amplo programa de gerenciamento de riscos e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Seguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	1.433,5	1.231,4	202,1	16,4%
Prêmios Ganhos	1.258,1	1.121,1	137,0	12,2%
Sinistros Ocorridos	(51,4)	(2,8)	(48,6)	1720,9%
Despesas Administrativas	(42,1)	(43,9)	1,8	(4,1%)
Resultado Financeiro	16,4	17,8	(1,4)	(7,6%)
Lucro Líquido do exercício	42,4	38,6	3,8	10,0%

Patrimônio líquido	249,8	218,3	31,5	14,4%
Índice de Despesas Administrativas	2,9%	3,6%	(0,7 p.p)	

Índice de Sinistralidade	4,1%	0,3%	3,8 p.p
Índice Combinado	97,3%	97,1%	0,2 p.p

Prêmios

Os prêmios emitidos líquidos da Companhia atingiram o valor de R\$ 1.433,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentando um aumento de 16,4% frente aos R\$ 1.231,4 milhões registrados no mesmo período em 2022. O crescimento das receitas nesse período foi positivamente impactado pelo maior volume de emissões nos ramos de: Riscos de Petróleo com crescimento de R\$ 306,4 milhões, confirmando a posição de especialista e líder neste mercado; e Garantia (público e privado), com crescimento de R\$ 59,0 milhões. Em contrapartida, os crescimentos citados foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 131,4 milhões no segmento Patrimonial, decorrente principalmente de contratos de seguros específicos emitidos em 2022 com renovações previstas apenas para 2024.

Ao comparar as emissões em dólar como moeda original, a Companhia registrou um aumento de 24,8% em suas emissões líquidas comparando o exercício de 2023 com igual período do ano anterior. Esse crescimento foi motivado especialmente pelo segmento de Riscos de Petróleo, que apresentou crescimento das emissões em dólar em 45,1%.

A Companhia avalia permanentemente oportunidades nas linhas de negócio atuais e potenciais, alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia reavaliou durante o exercício sua atuação em operações no segmento de Marítimos em todas as suas modalidades.

Sinistralidade

A Companhia manteve durante o exercício de 2023 um índice de sinistralidade geral excelente, representando apenas 4,1% dos prêmios ganhos.

Despesas Administrativas

Adicionalmente, o controle sobre as despesas administrativas também é objeto de atenção permanente da administração da Companhia, resultado em um índice que representa 2,9% dos prêmios emitidos no exercício corrente, redução de 0,7% quando comparado com o índice observado no exercício de 2022, que foi de 3,6%. Esse indicador reflete uma gestão eficiente, monitoramento constante e planejamento cuidadoso das ações realizadas.

Resultado Financeiro

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um resultado financeiro de R\$ 35,7 milhões (R\$ 31,5 milhões em 31 de dezembro de 2022), influenciado pelo aumento da carteira offshore, em conjunto com a constante análise da Companhia para as melhores oportunidades alinhadas com sua estratégia.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Lucro e Patrimônio Líquido

Como consequência dos fatores destacados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 42,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 38,6 milhões no mesmo período em 2022). O patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2023 foi de

R\$ 249,8 milhões (R\$ 218,3 milhões em 31 de dezembro de 2022), e o ativo total atingiu o montante de R\$ 2.343,2 bilhões em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.442,4 bilhões em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da Companhia reforça seu comprometimento constante com a melhoria dos processos operacionais e o desenvolvimento de controles e com a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia planeja manter sua trajetória de crescimento rentável e presença relevante nos mercados em que atua, mantendo uma política de subscrição baseada nas melhores técnicas, com estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Política de Distribuição de Dividendos e de Reinvestimento

De acordo com o seu Estatuto Social, aos seus acionistas é assegurado o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia possui uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Honorários Auditores Independentes

Com relação aos auditores independentes, a KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria para o Grupo Austral e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 1.440.915. Durante o exercício de 2023, foram pagos R\$ 1.607.880 (R\$ 1.147.738 referente ao exercício de 2023 e R\$ 460.142 referente ao exercício de 2022).

Agradecimentos

Por fim, a Companhia agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

Administração.

Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Seguradora S.A. (Austral Seguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações contábeis, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações contábeis.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Seguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações contábeis, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Seguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações contábeis da Austral Seguradora S.A., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024

Leonardo de Assis Portugal Presidente

Paulo Pereira Ferreira

Membro

Paulo Roberto Batista Machado

Membro



Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar - Leblon - CEP: 22431-002 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077
Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400 kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

A Companhia possui, dentre outras, as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (“IBNR”) e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (“PPNG – RVNE”) e possui provisões de ativos de resseguros referentes a: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (“IBNR”) e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (“PPNG – RVNE”).

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de seguros e ativos de resseguros incluíram, entre outros:

- avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados (“IBNR”), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (“PPNG – RVNE”) e do teste de adequação dos passivos. - com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse

público.

Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.
KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400 kpmg.com.br

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Austral Seguradora S.A. Rio de
Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Austral Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.



Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Austral Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente,



também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Daniela Sedel', written over a horizontal line.

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721



Anexo I

Austral Seguradora S.A
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	31/12/2023
Total de provisões técnicas auditadas	1.357.386
Total de ativos de resseguro	1.104.080
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com	4.873
sinistros	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2023
Provisões Técnicas auditadas (a)	1.357.386
Valores redutores auditados (b) 1.217.836 Total a ser coberto (a-b) 139.550	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	54.501
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	54.501
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	255.761
Ajustes Econômicos do PLA	16.438
Exigência de Capital (CMR) (b)	54.501
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a -b)	201.260
Ativos Garantidores (d)	195.597
Total a ser Coberto (e)	139.550
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	56.047
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0118, 0141, 0167, 0171, 0196, 0234, 0310, 0313, 0351, 0378, 0621, 0622, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 0739, 0740, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 1433, 1734	12.085
	31/12/2023
Capital Base (a)	

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. Fevereiro
de 2024

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

			Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	1.938.061	1.890.604			
Disponível				9.057	26.332
Aplicações financeiras			5	194.250	128.768
Créditos das operações com seguros e resseguros			7	731.720	881.678
Prêmios a receber				703.214	843.985
Operações com seguradoras				2.727	2.618
Operações com resseguradoras	25.779	35.075		1.906	2.587
Outros créditos operacionais	13	933.829		808.505	
Títulos e créditos a receber				-	9
Créditos tributários e previdenciários				17.607	4.370
Depósitos judiciais e fiscais				108	-
Outros créditos				170	151
Despesas antecipadas				213	33
Custos de aquisição diferidos			9	49.201	38.171
Não circulante				504.349	452.568
Realizável a longo prazo				494.869	445.318
Aplicações financeiras			5	166.757	145.648
Créditos das operações com seguros e resseguros			7	78.183	67.908
Outros créditos operacionais				-	497
Ativos de resseguro			13	170.251	155.824
Títulos e créditos a receber			8	11.803	16.959
Outros valores e bens				7.821	4.520
Custos de aquisição diferidos			9	60.054	53.962
Investimentos				500	500
Imobilizado				1.500	2.414

Intangível		7.480	4.336
Total do ativo		2.442.410	2.343.172
Títulos e créditos a receber	8	17.885	4.530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		<u>1.823.523</u>	<u>1.797.721</u>
Contas a pagar		43.746	48.606
Obrigações a pagar		21.181	7.944
Impostos e encargos sociais a recolher	10	20.438	38.079
Encargos trabalhistas		2.127	1.885
Impostos e contribuições		-	698
Débitos de operações com seguros e resseguros		699.434	821.469
Prêmios a restituir		10.763	4.831
Operações com seguradoras		15.660	4.297
Operações com resseguradoras	11	634.226	777.662
Corretores de seguros e resseguros		33.849	27.784
Outros débitos operacionais		4.936	6.895
Depósitos de terceiros	12	14.055	6.819
Provisões técnicas	13	1.064.983	919.058
Outros débitos		1.305	1.769

		99	-
		99	-
Não circulante		369.132	327.160
Contas a Pagar			
Obrigações a pagar			
Débito das operações com seguros e resseguros		68.991	62.402
<hr/>			
Capital social		116.125	107.025
Reserva de capital		4.376	3.495
Reserva de lucros		133.458	116.105
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(4.204)	(8.334)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.442.410	2.343.172
<hr/>			
Operações com seguradoras		6.129	3.346
Operações com resseguradoras	11	48.333	44.016
Corretores de seguros e resseguros		14.529	15.040
Provisões técnicas	13	292.403	261.185
Outros débitos		7.639	3.573
Patrimônio líquido	16	249.755	218.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Notas **31/12/2023** **31/12/2022**

Prêmios emitidos	1.433.480	1.231.393	(Em
Variações das provisões técnicas de prêmios	(175.412)	(110.251)	
milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)			

Prêmios ganhos	21/22.a	1.258.068	1.121.142
Sinistros ocorridos	22.b	(51.348)	(2.817)
Custos de aquisição	22.c	(50.099)	(48.650)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(2.103)	(4.470)
Resultado com resseguro	22.e	(1.065.717)	(978.295)
Despesas administrativas	22.f	(42.103)	(43.879)
Despesas com tributos	22.g	(13.238)	(11.047)
Resultado financeiro	22.h	16.419	17.761
Resultado patrimonial	22.i	15.970	13.400
(=) Resultado antes dos impostos e participações		65.849	63.145
Imposto de renda	19	(10.614)	(10.156)
Contribuição social	19	(6.676)	(6.747)
Participações sobre o lucro		(6.136)	(7.695)
(=) Lucro líquido do exercício		42.423	38.547
Quantidade de ações		69.177.394	69.177.394
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	20	0,6132	0,5572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações de Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício		42.423	38.547
		<hr/>	<hr/>
		<hr/>	<hr/>
		4.130	(2.879)
		<hr/>	<hr/>
		46.553	35.668
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Varição valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	6.884	(4.797)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.c	(2.754)	1.918
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos			
Total de resultados abrangentes do exercício			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	107.025	19	10.212	80.746	(5.455)	-	192.547
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(2.879)	-	(2.879)
Incentivo baseado em ações (Nota 17)	-	3.476	-	-	-	-	3.476
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.547	38.547
Proposta para distribuição do resultado							
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	(13.400)	(13.400)
Constituição de reserva legal	-	-	1.927	-	-	(1.927)	-
Constituição Outras Reservas de Lucro	-	-	-	23.220	-	(23.220)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.025	3.495	12.139	103.966	(8.334)	-	218.291
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.025	3.495	12.139	103.966	(8.334)	-	218.291
Aumento de Capital (Portaria 1434 de 18/05/2023)	-	-	-	-	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	9.100	-	-	(9.100)	-	-	-
Incentivo baseado em ações (Nota 17)	-	-	-	-	4.130	-	4.130
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	881
Proposta para distribuição do resultado							
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16.c)	-	-	-	-	-	42.423	42.423
Constituição de reserva legal	-	881	-	-	-	-	-
Constituição Outras Reservas de Lucro	-	-	-	-	-	(15.970)	(15.970)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	2.121	-	-	(2.121)	-
	-	-	-	24.332	-	(24.332)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	116.125	4.376	14.260	119.198	(4.204)	-	249.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar - Leblon - CEP: 22431-002 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077
Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400 www.australseguradora.com

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	42.423	38.547
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	4.015	4.123
Perda por redução ao valor recuperável	441	2.075
Provisões técnicas líquidas de ativos de resseguros	71.671	142.580
Outros ajustes	7.409	(1.673)
	125.959	185.652
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(82.460)	(2.636)
Créditos das operações com seguros e resseguros	118.760	(617.078)
Títulos e créditos a receber	82	172
Depósito de terceiros	7.235	3.276
Custos de aquisição diferidos	(17.121)	(6.877)
Impostos e contribuições	(13.238)	2.000
Débitos de operações com seguros e resseguros	(94.963)	568.845
Obrigações a pagar	(5.053)	56.045
Depósitos judiciais e fiscais	(108)	-
Outros créditos	997	(408)
Sinistros pagos	(34.279)	(138.262)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.807)	(23.577)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	(9.996)	27.152
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(127)	(1.043)
Aquisição de intangível	(5.056)	(1.834)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(5.183)	(2.877)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	(22.400)
Arrendamentos	(2.096)	-
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(2.096)	-
(24.659)	(17.275)	(384)
Redução Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.332	26.716
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.057	26.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar - Leblon - CEP: 22431-002 – Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077
Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400 www.australseguradora.com

22

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Companhia”) com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, e tem por objeto a exploração de operações de seguros e cosseguros nos ramos de danos, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um consumo de caixa operacional de R\$ 9.996, basicamente explicado pelo crescimento da operação de seguros e resseguros, com redução do prêmio a receber (aumento das aplicações financeiras). Adicionalmente, a Companhia atende a todos os requisitos regulatórios de suficiência de capital, garantia das provisões técnicas e liquidez.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia concentra suas operações nos ramos de seguro garantia, tanto público quanto privado, riscos de petróleo, responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O), responsabilidade civil profissional (E&O), responsabilidade civil geral (RCG) e riscos nomeados e operacionais. A Companhia avalia permanentemente as linhas de negócio atuais e potenciais que estão alinhadas com sua estratégia de negócios e perspectivas de rentabilidade adequadas. Nesse sentido, a Companhia reavaliou sua operação no segmento de transportes e riscos marítimos (casco) e decidiu por colocá-las em *run-off*, mantendo sempre o compromisso com as obrigações anteriormente assumidas.

A Companhia atua em todo o território brasileiro, predominantemente nas seguintes linhas:

i. Seguro Garantia – setor público e setor privado

Este seguro garante o cumprimento de obrigações contratuais assumidas pela parte contratada (tomador), junto ao contratante (segurado). O Seguro Garantia protege contra eventuais prejuízos ocasionados pelo descumprimento de cláusulas em um contrato.

O Seguro Garantia substitui outras formas de garantia comumente utilizadas no mercado, apresentando algumas vantagens, sendo as principais: (i) não compromete as linhas de crédito das empresas, deixando seus recursos financeiros livres para a sua atividade operacional; (ii) agilidade na contratação e (iii) menor onerosidade econômica.

O Seguro Garantia é normalmente exigido em contratações da Administração Pública ou do setor privado, para assegurar o cumprimento de obrigações em contratos de construção, fornecimento, prestação de serviços, concessões de serviços públicos, participação em licitações, além de ser amplamente utilizado em processos judiciais, visando garantir o juízo.

Entre as modalidades de Seguro Garantia oferecidas pela Companhia, destacam-se:

- Seguro Garantia Judicial: este seguro garante valores em discussão em ações judiciais que exigem depósito em juízo ao longo dos processos, como nova garantia ou em substituição a garantia previamente existente, seja em âmbito cível, trabalhista, tributário ou em depósitos recursais, inclusive em procedimentos incidentais ou medidas de urgência, a exemplo de cautelares, mandados de segurança, e outras.
- Seguro Garantia Administrativo para Créditos Tributários: este seguro atesta a veracidade dos créditos tributários informados pelo tomador em processos administrativos no âmbito federal, estadual ou municipal, sendo geralmente utilizado para liberação dos referidos créditos ou ainda para cobrir a permanência do tomador em regimes especiais de tributação.
- Seguro Garantia Aduaneiro: este seguro garante o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao Termo de Responsabilidade a que se refere o Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, em conformidade com as Instruções Normativas da Secretaria da Receita Federal sobre o assunto.
- Seguro Garantia do Licitante: este seguro garante que em licitações públicas ou privadas, o tomador vencedor do certame mantenha sua proposta e assine o contrato nas condições apresentadas e dentro do prazo estabelecido no edital. Este seguro é frequentemente solicitado em procedimentos licitatórios como leilões, concorrências públicas, tomadas de preços e cartas convites.
- Seguro de Garantia de Construção, Fornecimento ou Prestação de serviços: esta modalidade garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato para construção, fornecimento ou prestação de serviços, protegendo o segurado contra o risco de inadimplência do tomador.
- Seguro Garantia de Concessões: este seguro garante o cumprimento de todas as obrigações assumidas no contrato de concessão para exploração de um bem ou serviço público como rodovias, saneamento, energia, entre outros.
- Seguro Garantia de Adiantamento de Pagamentos: este seguro garante que os valores recebidos a título de adiantamento em contratos sejam destinados à execução imediata do objeto contratual, ou seja, a realização da etapa prevista de uma obra, por exemplo, até sua conclusão. Este tipo de seguro permite, por exemplo, a liberação de recursos para um fornecedor, sem que o mesmo tenha que utilizar seu fluxo de caixa e, para o contratante, representa uma garantia que os recursos adiantados serão aplicados no fornecimento do equipamento ou na realização das obras conforme previsto contratualmente.
- Seguro Garantia de Manutenção Corretiva: este seguro garante a execução de ações corretivas apontadas pelo contratante e necessárias para a reparação de problemas ocorridos no decorrer da execução contratual, por responsabilidade exclusiva do tomador.

ii. Seguros de Riscos de Petróleo

O Seguro de Riscos de Petróleo garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, exploração, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra (“*onshore*”) e no mar (“*offshore*”). Além disso, também garante a cobertura para obras e construções ligadas ao setor, bem como para perdas de receitas derivadas de interrupção de negócios.

Os segurados desse produto podem ser os operadores, fornecedores e/ou prestadores de serviços que operam no ramo de petróleo e gás e para coberturas de riscos de construção de equipamentos *offshore*.

iii. Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

O Seguro D&O cobre os valores devidos a terceiros por diretores ou executivos da empresa contratante do seguro em virtude de investigações e processos judiciais, administrativos ou arbitrais relacionados à sua atuação na capacidade de administradores da sociedade contratante. Isso inclui, mas não se limita a, processos de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista ou previdenciária, em virtude da responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária do diretor ou executivo.

Entre as coberturas de D&O, podem ser elencadas: (i) indenização direta ao segurado (ex. administrador); (ii) indenização ao tomador (ex. empresa) que tenha adiantado os custos ao segurado; e (iii) indenização aplicada nos casos em que a empresa possui negociação de valores mobiliários, na qual podem ser seguradas, por exemplo, casos de reclamações relacionadas à gestão.

É importante mencionar que esse produto apresenta como possibilidade a contratação de um produto secundário de responsabilidade civil ambiental para diretores e administradores, cobrindo os custos de defesa e eventuais indenizações devidas pelo segurado em reclamações que envolvam danos causados ao meio ambiente sem abranger os custos de limpeza devidos.

iv. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (E&O)

Este seguro possui cobertura para indenização decorrente de reclamações de terceiros contra o segurado, o qual pode ser uma pessoa física ou jurídica especificada na apólice, por falhas profissionais pelas quais o mesmo seja responsabilizado, resultando em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Este seguro é normalmente utilizado por profissionais liberais e empresas prestadoras de serviço que estejam sujeitas a reclamações sobre o desempenho de sua atividade (ex. escritórios de advocacia), cobrindo os custos de defesa e as eventuais indenizações devidos pelo segurado quando houver sua responsabilização legal em função de eventual falha profissional, sempre conforme termos pactuados nas apólices.

v. Seguro de Responsabilidade Civil Geral (RCG):

O Seguro de Responsabilidade Civil Geral garante ao segurado o pagamento das indenizações devidas a terceiros quando responsabilizado por danos causados no desempenho de suas

atividades, tendo como objetivo proteger o patrimônio do segurado das perdas que podem incorrer em função da sua responsabilidade civil.

Esse seguro pode ser contrato por empresas que desempenhem as mais diversas atividades econômicas e interessadas em proteger seu patrimônio da exposição de causar danos a terceiros, desde o comércio até as mais complexas atividades industriais, passando pelo setor serviços, construção civil, eventos, entretenimento, entre outros.

vi. Seguros de Riscos Nomeados e Operacionais

O Seguro de Riscos Nomeados e Operacionais são aqueles que garantem perdas e danos patrimoniais e lucros cessantes aos bens segurados. Em geral, oferecem coberturas para incêndio, queda de raio, explosão ou implosão, danos elétricos, quebra de máquinas, inundação, ou seja, danos ligados as operações de plantas industriais ou de empresas nos mais diversos segmentos da economia. Para os casos em que a importância segurada é inferior ao limite estabelecido em legislação de R\$ 100 milhões, a Companhia emite esse tipo de seguro no ramo Compreensivo Empresarial.

2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas atualizações, da Resolução CNSP nº 453 de 19 de dezembro de 2022 e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras anuais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras anuais estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação

de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e se referem a recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*), e contabiliza seus instrumentos financeiros como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente

todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Companhia aceita o risco de seguro significativo de outra parte, concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado, com efeito adverso sobre o detentor da apólice. Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho, bem como as respectivas parcelas de comissão, reconhecidas no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazo dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos respectivos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados de forma consistente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e de acordo com os termos e condições de cada contrato de resseguro. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguro.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo apropriados ao resultado de acordo com as características

de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e sua respectiva base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo(a) Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguro para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros.

3.5. Ressarcimentos

A Companhia apresenta metodologia, descrita em nota técnica atuarial, para constituição de um redutor das provisões de sinistros relativo à expectativa de ressarcimento junto aos segurados nas operações do grupamento de riscos financeiros.

A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de ressarcimento de sinistros ainda não pagos, e é registrada no passivo como redutora da provisão de sinistros a liquidar. Quando um sinistro é liquidado (total ou parcialmente) essa estimativa de ressarcimento é transferida para o ativo da Companhia.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante

sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo Intangível.

3.8. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

• Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos relativa aos riscos vigentes e já emitidos - PPNGRVE é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A parcela da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG-RVNE inclui parcela derivada da triangulação do desenvolvimento de prêmios e parcela relativa ao tratamento individual de apólices específicas, já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

• Provisão de sinistros a liquidar – PSL

É constituída para a cobertura dos valores esperados de indenização relativos a sinistros avisados e não pagos até a data-base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A provisão de sinistros a liquidar inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, quando pertinente.

A provisão é constituída a partir de análise individualizada de cada sinistro, correspondendo sempre à melhor estimativa dos valores a pagar dos sinistros já avisados à Companhia.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Companhia estima uma expectativa de ressarcimento advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

• Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo. A Companhia estima sua provisão utilizando

metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, sempre analisando a aderência da estimativa por meio de testes de consistências mensais. Para a provisão de sinistros objeto de ações judiciais, aplica-se a metodologia da análise individualizada dos casos judiciais já sabidos ponderados pelas suas respectivas probabilidades de perda.

Além do montante apurado acima, o valor final de provisão de sinistros ocorridos e não avisados pode ser acrescido de uma parcela adicional advinda da expectativa de sinistro das operações de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas que ainda não foram caracterizadas como sinistros.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A Companhia registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e de expectativas de sinistros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

É constituída mensalmente para garantir as obrigações decorrentes de possíveis reduções na comissão de resseguro em contratos que prevejam o sistema de comissão escalonada.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros e resseguro, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, baseados em dados atualizados e consistentes com as informações presentes no mercado financeiro. A Companhia aplica metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. A Companhia apresenta estimativas de fluxos de caixa em moeda nacional e dólar.

Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - evolução das taxas de juros pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira,

resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. É projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registrados respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo, e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

• Pós emprego e convencionais

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado ao atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras anuais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia mensalmente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, através de uma análise individualizada das contrapartes envolvidas e suas respectivas apólices vencidas no período a partir de 60 dias e sinistros a recuperar em sua totalidade. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos das contrapartes envolvidas, a qualidade do seu score de crédito, histórico de perdas e provisões de prêmios já recebidos que possibilitem compensação de suas apólices. Se em períodos subsequentes houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras, os ativos financeiros disponíveis para venda, significativos ou não, são avaliados quanto à possibilidade de perda de valor recuperável. Havendo evidência objetiva de perda no valor recuperável em decorrência de um ou mais

eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser confiavelmente estimado, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

A contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos.

Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

- **Sinistros**

Os sinistros decorrentes de seguros incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, deduzidos dos salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados, além de eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras anuais requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com seguros e resseguros – Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros e resseguro (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8); • Provisões judiciais (nota 15); e
- Provisões técnicas (nota 13).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido, e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o exercício.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 e não tiveram impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no exercício atual nem em exercícios anteriores:

- Alterações ao CPC 27 / IAS 16 – Imobilizado – Receitas;
- Alterações ao CPC 25 / IAS 37 – Contratos onerosos; e
- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 R1).

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2023:

- **CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

A partir de 1º de janeiro de 2024, entra em vigor a circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022 que, entre outras providências, aprova a norma emitida pelo comitê de pronunciamentos contábeis CPC 48 - Instrumentos financeiros, em substituição ao pronunciamento CPC 38 / IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, com algumas adaptações.

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

O modelo estabelecido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38/IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de prêmios não ganhos de resseguro, onde:

(a) A redução ao valor recuperável de Prêmios a receber deverá ser constituída:

- Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

(b) A redução ao valor recuperável da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se:

- Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e

- O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável.

Com exceção da conta de Provisão de prêmios não ganhos, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, o qual deverá considerar, no mínimo:

- O histórico de perdas com o ressegurador;
- Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e
- Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022 estabelece que a partir de 2024, o estudo técnico passa a ser exigido para todas as supervisionadas.

Classificação dos instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Em 1º de janeiro de 2024, as mudanças trazidas pelo CPC 48 / IFRS 9 quanto a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, não impactaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

- **CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros**

O IFRS 17 foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023.

O normativo acima será aplicável quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do IFRS supracitado.

Adicionalmente, a norma a seguir não deverá ter um impacto material nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- **Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).**

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras anuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são: avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, atualizado pelo Instituto de Auditores Internos - IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos da Companhia, sendo esta construída em linha com as estratégias de negócios, a definição de seus controles operacionais internos e a busca da excelência na gestão empresarial.

Os quadros abaixo mostram a concentração de risco no âmbito do negócio por região, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro da Companhia.

Região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro	
	31/12/2023	31/12/2022
Centro Oeste	7.598	11.592
Nordeste	16.542	13.408

Norte	7.101	2.319
Sudeste	1.387.328	1.192.079
Sul	14.912	11.995
Total	1.433.480	1.231.393

Região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro	
	31/12/2023	31/12/2022
Centro Oeste	4.403	7.155
Nordeste	9.406	7.548
Norte	4.063	1.308
Sudeste	246.966	329.166
Sul	8.818	6.935
Total	273.656	352.112

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A exposição ao risco é mitigada por meio da diversificação da carteira e seletividade analítica dos riscos subscritos, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante dos indicadores internos e do mercado para realização de eventuais ajustes.

Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e definidos procedimentos operacionais para avaliação de riscos, assim como um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos. Destacamos que, dentre os procedimentos, contempla-se o regime de alçadas decisórias como suporte a decisões técnicas, sendo estes documentos formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos.

Adicionalmente, faz-se uso do resseguro como parte do programa de gestão de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

Por fim, pelo ponto de vista de concentração de negócios, a carteira do ramo de Seguro Garantia corresponde a 64% do total do resultado técnico do segmento de seguros, ou seja, R\$ 57.300 (72% e R\$ 63.958 em 31 de dezembro de 2022).

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o exercício em questão, foi utilizada a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	Base	Cenário 10,0%	Impacto
	249.755	172.544	(77.211)
	42.423	(34.788)	(77.211)
			(182,0%)
			(30,9%)
	249.755	242.600	(7.155)
	42.423	35.268	(7.155)
			(16,9%)
			(2,9%)
			31/12/2022
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
			31/12/2023

Efeitos brutos de resseguros

Patrimônio líquido

Lucro líquido do exercício

Impacto (%) no resultado do exercício Impacto (%) no patrimônio líquido

Efeitos líquidos de resseguro

Patrimônio líquido

Lucro líquido do exercício

Impacto (%) no resultado do exercício Impacto (%) no patrimônio líquido

Efeitos brutos de resseguros

Patrimônio líquido 218.291 126.980 (91.311)

Lucro líquido do exercício 38.547 (52.764) (91.311)

Impacto (%) no resultado do exercício (236,88%)

Impacto (%) no patrimônio líquido (41,83%)

Efeitos líquidos de resseguro

Patrimônio líquido 218.291 207.799 (10.492)

Lucro líquido do exercício 38.547 28.055 (10.492)

Impacto (%) no resultado do exercício (27,22%)

Impacto (%) no patrimônio líquido (4,81%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazos, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, "*holding period*" de um dia e com nível de confiança

de 95%, uma perda 0,13% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,22% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 470. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,18% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,33% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 651.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, “*holding period*” de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,13 % do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,25% em 31 de dezembro 2022), que equivale a R\$ 470. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,19% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2023 (0,36% em 31 de dezembro de 2022), que equivale a R\$ 687.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenários estressados da taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da taxa préfixada dos títulos indexados à inflação):

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base; iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base; iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

31/12/2023		
Impacto no resultado bruto de impostos		
Cenário	Choque	
I	(200 bps)	10,0MM
II	(100 bps)	5,0MM
III	100 bps	(5,0MM)
IV	200 bps	(10,0MM)

31/12/2022		
Impacto no resultado bruto de impostos		
Cenário	Choque	
I	(200 bps)	11,4MM
II	(100 bps)	5,7MM
III	100 bps	(5,7MM)
IV	200 bps	(11,4MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da Seguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise do Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

31/12/2023								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	9.057	-	-	-	-	-	-	9.057
Mensurados a valor justo por meio de resultado								
Privados	43.456	-	-	-	-	-	-	43.456
Públicos	72.484	-	-	-	-	-	-	72.484
Exterior	78.310	-	-	-	-	-	-	78.310
Disponíveis para venda								
Privados	10.929	-	-	-	-	-	-	10.929
Públicos	155.828	-	-	-	-	-	-	155.828
Créditos com operações seguros (*)	820.664	1.572	2.820	2.904	1.328	1.337	6.594	837.219
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.190.728	1.572	2.820	2.904	1.328	1.337	6.594	1.207.283

31/12/2022								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	26.332	-	-	-	-	-	-	26.332
Mensurados a valor justo por meio de resultado								
Privados	33.188	-	-	-	-	-	-	33.188
Públicos	90.294	-	-	-	-	-	-	90.294
Exterior	5.286	-	-	-	-	-	-	5.286
Disponíveis para venda								
Privados	1.219	-	-	-	-	-	-	1.219
Públicos	144.429	-	-	-	-	-	-	144.429
Créditos com operações seguros (*)	940.938	4.311	1.537	650	4.193	3.483	1.563	956.675
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.241.686	4.311	1.537	650	4.193	3.483	1.563	1.257.423

*Os valores de créditos com operações com seguros estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de resseguro a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A classificação

dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir.

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's

Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
217	0,0
113.571	18,9
588	0,2
3.414	12,7
34.205	9,3
157.759	42,6
62	0,0
60.574	16,3
370.390	100,0

Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
21.867	4,0
124.842	22,9
49	0,0
43.401	8,0
69.372	12,7
284.900	52,3
-	-
408	0,1
544.839	100,0

e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's	Moody's Investor	Fitch	AM	31/12/2023		31/12/2022	
				Co	Services	Ratings	Best
AAA	Aaa	AAA	A++				
AA+	Aa1	AA+	A+				
AA	Aa2	AA	A+				
AA-	Aa3	AA-	A				
A+	A1	A+	A				
A	A2	A	A-				
A-	A3	A-	A-				
BBB+	Baa1	BBB+	B++				
Total							

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela

impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 90,8% (92,0% em 31 de dezembro de 2022) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 3,0% (2,5% em 31 de dezembro de 2022) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 6,2% (5,5% em 31 de dezembro de 2022) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Disponível	9.057	-	-	-	-	9.057
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	179.405	14.845	194.226	194.250	24	194.250
Ativos financeiros disponíveis para venda	166.757	-	173.764	166.757	(7.007)	166.757
Crédito das operações de seguros e resseguros	731.720	78.183	-	-	-	809.903
Outros créditos operacionais	1.906	-	-	-	-	1.906
Títulos e créditos a receber	17.885	11.803	-	-	-	29.688
Total de ativos	1.106.730	104.831	<u>367.990</u>	361.007	(6.983)	1.211.561

Contas a pagar						
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	43.746	99	-	-	-	43.845
Débito das operações de seguros e resseguros	131.154	122.152	-	-	-	253.306
Débito das operações de seguros e resseguros	699.434	68.991	-	-	-	768.425
Depósito de terceiros	14.055	-	-	-	-	14.055
Outros débitos	1.305	7.639	-	-	-	8.944
Total de passivos	889.694	198.881	-	-	-	1.088.575

31/12/2022

Disponível	26.332	-	-	-	-	26.332
Ativos financeiros a valor justo por meio do						

31/12/2023 resultado	119.505	9.263	128.709	128.768	59	128.768
Ativos financeiros disponíveis para venda	145.648	-	159.539	145.648	(13.891)	145.648
Crédito das operações de seguros e resseguros	881.678	67.908	-	-	-	949.586
Outros créditos operacionais	2.587	497	-	-	-	3.084
Títulos e créditos a receber	4.530	16.959	-	-	-	21.489
Total de ativos	1.180.280	94.627	288.248	274.416	(13.832)	1.274.907
Contas a pagar		-	-	-	-	48.606
	48.606					
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	110.552	105.361	-	-	-	215.913
Débito das operações de seguros e resseguros	821.469	62.402	-	-	-	883.871
Dépósito de terceiros	6.819	-	-	-	-	6.819

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Curva/ Custo	Valor de Mercado	Ganho / Perda	Valor Contábil

Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de Curva/ Custo	Valor de Mercado	Ganho / Perda	Valor Contábil
Outros débitos		3.573				
1.769		171.336				
-			5.342			
-						
Total de passivos	989.215		-	-	-	1.160.551

4) Risco Cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos.

Conseqüentemente,

qualquer movimentação das

taxas de câmbio R\$/US\$

afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023; ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 4,98 estimada para 31 de dezembro de 2024 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em

31 de dezembro de 2023; iii. Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,42); iv. Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,63);

v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,05); e vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,26).

31/12/2023			
Cenário	Oscilação da taxa de bruto de câmbio		Impacto no resultado
			impostos
Provável	2,9%		(0,0MM)
I	(50,0%)	0,5MM	
II	(25,0%)	0,2MM	
III	25,0%	(0,2MM)	
IV	50,0%	(0,5MM)	

31/12/2022			
Cenário	Oscilação da taxa de bruto de câmbio		Impacto no resultado
			impostos
Provável	0,6%		0,0MM
I	(50,0%)	(2,4MM)	
II	(25,0%)	(1,2MM)	
III	25,0%	1,2MM	
IV			50,0% 2,4MM

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2023									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Debêntures		34.140	102.248	55.099	2.764	194.250	194.226	53,8%	52,8%
Letras financeiras do tesouro - LFT	CDI+	-	-	6.567	2.750	9.316	9.310	2,6%	2,5%
Certificado de depósito no exterior	SELIC	-	12.443	48.532	14	60.989	60.972	16,9%	16,6%
Letras do tesouro nacional - LTN	5,3%	-	78.310	-	-	78.310	78.310	21,7%	21,3%
Quotas de fundos de investimentos (i)	PRÉ	-	11.495	-	-	11.495	11.494	3,2%	3,1%
	-	34.140	-	-	-	34.140	34.140	9,5%	9,3%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B		-	-	149.719	17.038	166.757	173.764	46,2%	47,2%
Debentures		-	-	-	-	-	-	-	-
Letra financeira - LF	IPCA	-	-	143.199	12.629	155.828	162.816	43,2%	44,2%
Total	CDI+	-	-	5.717	4.409	10.126	10.145	2,8%	2,8%
	CDI+	-	-	803	-	803	803	0,2%	0,2%
31 de		34.140	102.248	204.818	19.802	361.007	367.990	100,0%	100,0%

dezembro de 2022

	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Debêntures		23.877	13.718	67.984	23.189	128.768	128.709	47,0%	44,7%
Letras financeiras do tesouro - LFT		-	-	6.602	2.709	9.311	9.309	3,5%	3,2%
Certificado de depósito no exterior									
Letras do tesouro nacional - LTN Quotas de fundos de investimentos (i)	SELIC	-	8.432	51.230	20.480	80.142	80.141	29,2%	27,8%
	4,9%	-	5.286	-	-	5.286	5.286	1,9%	1,8%
	PRÉ	-	-	10.152	-	10.152	10.096	3,7%	3,6%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	23.877	-	-	-	23.877	23.877	8,7%	8,3%
Debentures		-	-	131.716	13.932	145.648	159.539	53,0%	55,3%
Total									
	IPCA	-	-	131.716	12.713	144.429	158.223	52,6%	54,9%
	IPCA	-	-	-	1.219	1.219	1.316	0,4%	0,4%
		23.877	13.718	199.700	37.121	274.416	288.248	100,0%	100,0%

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos a saber: Fundo de crédito privado R\$ 8.009 (R\$ 7.212 em 31 de dezembro de 2022), Fundo de investimento em participações R\$ 22.396 (R\$ 16.087 em 31 de dezembro de 2022), Fundos multimercado R\$ 3.082 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) e Fundo de renda fixa R\$ 653 (R\$ 578 em 31 de dezembro de 2022).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensuração a valor justo como segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

31 de dezembro de 2023

31 de dezembro de 2022

	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	7.551	26.589	34.140	6.824	17.053	23.877
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	78.310	78.310	-	9.311	9.311
Debêntures	-	9.316	9.316			
				80.142	-	80.142
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	60.989	-	60.989	10.152	-	10.152
Letras do tesouro nacional - LTN	11.495	-	11.495			
				-	1.219	1.219
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	10.126	10.126	-	-	-
Letra Financeira				144.429	-	144.429
-						
	235.863		361.007	241.547	32.869	274.416
803	803					125.144
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B		155.828	155.828			
Total						

c) Movimentação das aplicações financeiras

				As
(+) Aplicações	1.743.075	9.503	1.752.578	
(-) Resgates	(1.689.627)	(8.784)	(1.698.411)	
(+) Rendimentos	22.851	13.506	36.357	
(+/-) Oscilação Cambial	(10.820)	-	(10.820)	
(+/-) Ajuste ao valor justo	3	6.884	6.887	

Saldo final em 31 de dezembro de 2023

d) Derivativos

d.1) Exposição

movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
	194.250	166.757	361.007
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	130.556	144.101	274.657
(+) Aplicações	491.415	-	491.415
(-) Resgates	(513.368)	(8.197)	(521.565)
(+) Rendimentos	17.413	14.541	31.954
(+/-) Oscilação Cambial	2.729	-	2.729
(+/-) Ajuste ao valor justo	23	(4.797)	(4.774)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	145.648	274.416	420.064
			Valor a pagar/receber
			31/12/2023
Descrição	Vencimento	Exposição 31/12/2023	

Contratos futuros Compromisso de venda

Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2024	52.342	-
Taxa de câmbio - dólar futuro WDOL	01/02/2024	3.631	-

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a pagar
		31/12/2022	31/12/2022
Contratos futuros Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2023	20.231	(166)

d.2) Margens em garantia

31/12/2023			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2026	59	257
NTN-B	15/08/2050	541	2485
Total		600	2.742

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	44	628
LFT	01/09/2026	41	584
LFT	01/03/2028	143	2029
LFT	01/09/2028	36	510
LFT	01/03/2029	1	14
Total		265	3.765

31/12/2022			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2050	363	1.447
Total		363	1.447

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2023	5	63
LFT	01/09/2023	8	101
LFT	01/09/2027	241	3.017
LFT	01/03/2028	12	150
Total		266	3.331

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas

respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de prêmios não ganhos	1.149.928	988.346
Provisão de sinistros a liquidar	159.457	146.258
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	39.136	36.053
Provisão de despesas relacionadas	8.699	9.023
Provisão de excedentes técnicos	166	563
Total das provisões técnicas	1.357.386	1.180.243
Direitos creditórios	(679.698)	(704.053)
Custo de aquisição diferido redutores	(48.558)	(46.960)
Ativos de resseguro redutores de PPNG	(300.142)	(134.731)
Ativos de resseguro redutores de PSL	(147.690)	(138.833)
Ativos de resseguro redutores de IBNR	(34.422)	(31.632)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(7.325)	(7.572)
Total das exclusões	(1.217.836)	(1.063.781)
Total das provisões técnicas para cobertura	139.550	116.462
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	21.100	-
Notas do tesouro nacional - NTN-B	153.068	125.131
Quotas de fundos de investimentos	21.430	19.151
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	195.597	144.282
Ativos vinculados em excesso	56.047	27.820

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios a receber de segurados	781.397	911.893
Operações com seguradoras	2.727	2.618
Operações com resseguradoras 25.779 35.075 Total	809.903 949.586	881.678
Total Circulante	731.720	881.678
Total Não Circulante	78.183	67.908
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	284.071	321.329
De 31 a 60 dias	91.134	337.698
De 61 a 120 dias	134.657	73.453
De 121 a 180 dias	82.191	22.018
De 181 a 365 dias	121.922	80.840
Superior a 365 dias	78.183	67.907
Total de prêmios a vencer	792.158	903.245
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	1.572	4.311
De 31 a 60 dias	2.820	1.537

	<u>(27.316)</u>	<u>(7.089)</u>
	781.397	911.893
De 61 a 120 dias	2.904	650
De 121 a 180 dias	1.328	4.193
De 181 a 365 dias	1.337	3.483
Superior a 365 dias	6.594	1.563
Total de prêmios vencidos	16.555	15.737

Redução ao valor recuperável

Total de prêmios a receber

Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	911.893	307.361
(+) Prêmios emitidos (*)	1.435.594	1.056.501
(+/-) Riscos vigentes não emitidos	105.154	203.136
(+) Imposto sobre operações financeiras	134.718	132.705
(+/-) Adicional de fracionamento	6	100
(-) Recebimentos	(1.785.741)	(784.191)
(-) Redução ao valor recuperável	(20.227)	(3.719)
Saldo final	781.397	911.893

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes.

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foi contabilizada como redução ao valor recuperável, uma vez que a Austral considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme avaliação do risco de crédito avaliado de forma individualizada para cada cliente.

8. Títulos e créditos a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e créditos a receber	<u>2.348</u>	<u>2.449</u>
Ressarcimento a receber (a)	2.348	2.440
Outros	-	9
Créditos tributários e previdenciários (b)	27.062	18.889
Depósitos judiciais	108	-
Outros créditos	170	151
Total	<u>29.688</u>	<u>21.489</u>
Total circulante	17.885	4.530
Total não circulante	11.803	16.959

a) **Aging de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:**

<u>Aging de permanência</u>	31/12/2023	31/12/2022
------------------------------------	-------------------	-------------------

Garantia		
Superior a 365 dias	38.243	38.335
Redução ao valor recuperável	(35.895)	(35.895)
Total do aging	2.348	2.440
Expectativa de realização		
Garantia		
Superior a 365 dias	38.243	38.335
Redução ao valor recuperável	(35.895)	(35.895)
Total do aging	2.348	2.440

b) Créditos tributários e previdenciários:

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos e Contribuições a compensar/recuperar (i)	16.978	4.045
Tributos retidos na fonte (ii)	-	96
Créditos Tributários de PIS e COFINS (iii)	629	229
IRPJ e CSLL diferidos (iv)	9.455	14.519
Total	27.062	18.889

Total circulante	17.607	4.370
Total não circulante	9.455	14.519

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL e PIS, COFINS, IOF, IR e CSLL pagos a maior;
- (ii) Tributos retidos na fonte provenientes de apólices emitidas para órgãos públicos e sociedades de economia mista;
- (iii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR; e
- (iv) Créditos Tributários sobre diferenças temporárias.

Movimentação impostos diferidos:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2023	
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	14.519	11.355	(16.419)	(2.310)	(2.754)	9.455	
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	4.100	1.462	(2.270)	(808)	-	3.292	
Ajuste a Valor de Mercado Venda	5.556	1.539	(4.293)	-	(2.754)	2.802	
Outras provisões	4.719	8.225	(9.847)	(1.622)	-	3.097	
IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento	144	129	(9)	120	-	264	
Total	14.519	11.355	(16.419)	(2.310)	(2.754)	9.455	
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	31/12/2021	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2022	
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	8.783	18.352	(12.616)	3.818	1.918	14.519	
Ajuste a Valor de Mercado Venda	4.622	2.706	(3.228)	(522)	-	4.100	
Outras provisões	3.638	4.194	(2.276)	-	1.918	5.556	8.783
IFRS 16 (CPC 06) - Arrendamento	385	11.430	(7.096)	4.334	-	4.719	(12.616)
Total	14.519	22	(16)	6	-	144	1.918

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

<u>Grupos / Ramos</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Garantia	103.141	86.808
Riscos de Engenharia	-	6
Riscos de Petróleo	3.070	1.299
Lucros Cessantes	-	132
Riscos Marítimos - cascos	435	1.411
Outros	2.609	2.477
Total	109.255	92.133
Total circulante	49.201	38.171
Total não circulante	60.054	53.962

A Companhia apresentava movimentação de custos de aquisição diferidos conforme tabela abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / Cancelamento</u>	<u>31/12/2023</u>
Garantia	86.808	1.085.465	(1.069.132)	103.141
Riscos de Engenharia	6	7	(13)	-
Riscos de Petróleo	1.299	42.646	(40.875)	3.070
Lucros Cessantes	132	206	(338)	-
Riscos Marítimos – casco	1.411	12.153	(13.129)	435
Outros Total	2.477	30.898	(30.766)	2.609
	92.133	1.171.375	(1.154.253)	109.255

	<u>31/12/2021</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / Cancelamento</u>	<u>31/12/2022</u>	
Garantia					
Riscos de Engenharia					
Riscos de Petróleo	78.112	948.359	(939.663)	86.808	
Lucros Cessantes	52	348	(394)	6	
Riscos Marítimos – casco	1.995	32.339	(33.035)	1.299	
Outros	428	3.015	(3.311)	132	
Total	3.101	23.204	(24.894)	1.411	85.257
1.032.411	(1.025.535)	92.133	1.569	2.477	encargos
			25.146	(24.238)	

10. Impostos e sociais a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda retido	2.471	2.873
Imposto sobre serviço retido	104	106
Imposto operações financeiras	16.947	35.005
Contribuições previdenciárias	304	330
Outros impostos e encargos sociais	210	167
Total	20.438	38.079

11. Débitos das operações com seguros e resseguros – Operações com resseguradoras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prêmios de resseguro cedido	787.058	913.792
Comissão	(107.456)	(95.090)
Repasse de ressarcimento	2.957	2.976
Total	<u>682.559</u>	<u>821.678</u>
Total circulante	634.226	777.662
Total não circulante	48.333	44.016

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros diretos e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
De 1 a 60 dias	8.282	2.546
De 61 a 365 dias	2.852	3.442
Superior a 365 dias	2.921	831
Total	<u>14.055</u>	<u>6.819</u>

13. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2023</u>			<u>31 de</u>			<u>dezembro</u>
	<u>Bruto</u>	<u>Cedido</u>	<u>Retido</u>	<u>Bruto</u>	<u>Cedido</u>	<u>Retido</u>	
Provisões de sinistros e de prêmios							
Provisão de sinistros a liquidar	159.457	(147.690)	11.767	146.258	(138.833)	7.425	
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	39.136	(34.422)	4.714	36.053	(31.631)	4.422	
Provisão de despesas relacionadas	8.699	(7.324)	1.375	9.023	(7.573)	1.450	
Provisão total de sinistros	<u>207.292</u>	<u>(189.436)</u>	<u>17.856</u>	<u>191.334</u>	<u>(178.037)</u>	<u>13.297</u>	
Provisões de Prêmios							
Provisão de prêmios não ganhos	1.149.928	(914.644)	235.284	988.346	(786.292)	202.054	
Provisão excedente técnico	166	-	166	563	-	563	
Provisão total de prêmios	<u>1.150.094</u>	<u>(914.644)</u>	<u>235.450</u>	<u>988.909</u>	<u>(786.292)</u>	<u>202.617</u>	
Total	<u>1.357.386</u>	<u>(1.104.080)</u>	<u>253.306</u>	<u>1.180.243</u>	<u>(964.329)</u>	<u>215.914</u>	
Circulante	1.064.983	(933.829)	131.154	919.058	(808.505)	110.553	
Não circulante	292.403	(170.251)	122.152	261.185	(155.824)	105.361	

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

31/12/2023

31/12/2022

	Bruto	Cedido		Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro						
Sinistros ocorridos no exercício						
Sinistros pagos no exercício	146.258	(138.833)		269.596	(251.255)	18.341
Variação cambial	45.257	(25.523)		19.000	2.698	21.698
Atualização monetária	(30.768)	14.902	((130.467)	97.536	(32.931)
No final do exercício	(3.759)	3.510		(14.524)	14.232	(292)
	2.469	(1.746)		2.653	(2.044)	609
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	159.457	(147.690)		146.258	(138.833)	7.425
Despesas ocorridas no exercício						
Despesas pagas no exercício						
Variação cambial	9.023	(7.573)		11.739	(10.565)	1.174
Atualização monetária	3.008	(2.370)		4.740	(1.145)	3.595
No final do exercício	(3.511)	2.760		(7.795)	4.397	(3.398)
	(2)	2		-	-	-
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	181	(143)		339	(259)	80
Variação do IBNR	8.699	(7.324)		9.023	(7.573)	1.450
No final do exercício						
Desenvolvimento das provisões de prêmios – PPNG						
Em 1º de janeiro	36.053	(31.631)		37.766	(34.687)	3.079
Prêmios emitidos no exercício	3.083	(2.791)		(1.713)	3.056	1.343
No final do exercício	39.136	(34.422)		36.053	(31.631)	4.422
	988.346	(786.292)	2	913.575	(724.574)	189.001
	1.433.480	(1.264.002)	1	1.231.393	(1.077.972)	153.421
Desenvolvimento da provisão de PET						
Em 1º de janeiro	(1.258.068)	1.121.667	(1	(1.121.142)	982.263	(138.879)
Variação da PET	(13.830)	13.983		(35.480)	33.991	(1.489)
No final do exercício	1.149.928	(914.644)	2	988.346	(786.292)	202.054
Total das provisões técnicas						
	563	-		-	-	-
	(397)	-		563	-	563
	166	-		563	-	563
	1.357.386	(1.104.080)	2	1.180.243	(964.329)	215.914

14. Desenvolvimento de sinistros

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos brutos de resseguro.

Ano de aviso (**)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583	60.862	122.403
Um ano mais tarde	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	108.028	65.886	-
Dois anos mais tarde	47.754	103.413	255.142	113.810	25.628	30.165	-	-
Três anos mais tarde	14.259	103.779	210.089	88.082	23.157	-	-	-
Quatro anos mais tarde	5.906	104.719	183.879	86.474	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	5.855	104.579	176.926	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	5.855	104.579	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	5.855	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	5.855	104.579	176.926	86.474	23.157	30.165	65.886	122.403
Falta acumulada (*)	1.414	15.298	(87.690)	56.078	3.987	(81.418)	5.024	-
Falta acumulada (%)	32%	17%	(33%)	184%	21%	(73%)	8%	-
Ano de pagamento	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660	47.903	18.862
Um ano mais tarde	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	21.584	56.211	-
Dois anos mais tarde	2.905	100.241	173.750	23.471	5.428	22.795	-	-
Três anos mais tarde	2.905	100.241	174.263	84.705	6.086	-	-	-
Quatro anos mais tarde	2.905	101.760	174.493	85.810	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	5.855	104.413	175.117	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	5.855	104.413	-	-	-	-	-	-

Sete anos mais tarde	5.855	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023	5.855	104.413	175.117	85.810	6.086	22.795	56.211	18.862
Provisão de sinistros a liquidar	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.315	132.532	140.295
Provisão sinistro ocorrido não avisado	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766	33.866	39.136
Provisão de despesas relacionadas	-	-	5.201	5.465	7.165	10.174	7.285	-
Total de passivo	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544	305.255	173.683	185.802
Ano de aviso (**)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	123.881	4.441	89.281	264.616	30.396	19.170	111.583	60.862
Um ano mais tarde	86.059	39.251	110.838	266.906	109.338	25.155	108.028	-
Dois anos mais tarde	88.602	47.754	103.413	255.142	113.810	25.628	-	-
Três anos mais tarde	88.601	14.259	103.779	210.089	88.082	-	-	-
Quatro anos mais tarde	88.601	5.906	104.719	183.879	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	88.607	5.855	104.579	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	88.607	5.855	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	88.590	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	88.590	5.855	104.579	183.879	88.082	25.628	108.028	60.862
Falta acumulada (*)	(35.291)	1.414	15.298	(80.737)	57.686	6.458	(3.555)	-
Falta acumulada (%)	(28%)	32%	17%	(31%)	190%	34%	(3%)	0%
Ano de pagamento	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	686	2.083	76.050	25.983	7.212	217	6.660	47.903
Um ano mais tarde	80.376	2.905	89.248	162.774	19.953	1.905	21.584	-
Dois anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	173.750	23.471	5.428	-	-
Três anos mais tarde	88.590	2.905	100.241	174.263	84.705	-	-	-
Quatro anos mais tarde	88.590	2.905	101.760	174.493	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	88.590	5.855	104.413	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	88.590	5.855	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	88.590	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2022	88.590	5.855	104.413	174.493	84.705	5.428	21.584	47.903
Provisão de sinistros a liquidar	123.605	8.342	49.888	305.082	141.853	196.285	257.315	132.532
Provisão sinistro ocorrido não avisado	10.167	12.732	49.278	51.866	31.485	32.094	37.766	33.866
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	5.201	5.465	7.165	10.174	7.285
Total de passivo	133.772	21.074	99.166	362.149	178.803	235.544	305.255	173.683

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais brutos de resseguro.

<u>Ano de aviso (**)</u>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	7.125	-	28.476	-	-	-	-	221	-
Um ano mais tarde	8.636	55	29.362	587	-	-	-	3.797	-
Dois anos mais tarde	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	27	-	-
Três anos mais tarde	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	114.625	5.758	29.327	2.316	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	117.462	5.745	29.328	2.646	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	118.265	5.816	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	119.035	6.665	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	119.689	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023		29.329		2.646			27	3.797	
119.689	6.665								
Falta acumulada (*)	112.564	6.665	853	2.646	-	-	27	3.576	-
Falta acumulada (%)	1.580%	-	3%	-	-	-	-	1.618%	-
<u>Ano de pagamento</u>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Dois anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Três anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde	112.500	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2023			29.320						
113.670	-								
Provisão de sinistros a liquidar	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283	13.726	19.162
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	-	2.187	-
Provisão de despesas relacionadas	3	1.155	-	-	664	1.443	1.565	1.736	2.328
Total de passivo	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	12.677	13.848	17.649	21.490
			1.486	1.161					
<u>Ano de aviso (**)</u>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Até a data-base	7.125	-	28.476	-	-	-	-	221	
Um ano mais tarde	8.636	55	29.362	587	-	-	-	-	
Dois anos mais tarde	11.042	2.482	29.325	1.678	-	-	-	-	
Três anos mais tarde	25.495	3.244	29.326	1.936	-	-	-	-	
Quatro anos mais tarde	114.625	5.758	29.327	2.316	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde	117.462	5.745	29.328	-	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde	118.265	5.816	-	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde	119.035	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2022	119.035	5.816	29.328	2.316					221
Falta acumulada (*)	111.911	5.816	852	2.316	-	-	-	-	-
Falta acumulada (%)	16%	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Ano de pagamento</u>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Até a data-base	-	-	-	-	-	-	-	-	
Um ano mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	
Dois anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	
Três anos mais tarde	-	-	29.320	-	-	-	-	-	
Quatro anos mais tarde	112.500	-	29.320	-	-	-	-	-	
Cinco anos mais tarde	113.670	-	29.320	-	-	-	-	-	
Seis anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	
Sete anos mais tarde	113.670	-	-	-	-	-	-	-	
Posição em 31/12/2022	113.670	-	29.320						
Provisão de sinistros a liquidar	7.156	8.672	39.613	28.068	5.961	11.234	12.283	13.726	
Provisão sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	-	2.187	
Provisão de despesas relacionadas	3	1.155	1.486	1.161	664	1.443	1.565	1.738	

Total de passivo	7.159	9.827	41.099	29.229	6.625	12.677	13.848	17.651
-------------------------	--------------	--------------	---------------	---------------	--------------	---------------	---------------	---------------

(*) Diferença entre as estimativas inicial e final

(**) Sinistros avisados contemplam correção monetária, líquidos da expectativa de ressarcimento.

15. Provisões judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de “sinistro a liquidar judicial”. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	13.726	12.283
Adições	8.802	5.075
Baixas	(3.366)	(3.632)
Total	19.162	13.726

A Companhia possui ações de natureza cível na qualidade de ré, cujo total são de 44 com probabilidade de perda possível (6 em 31 de dezembro de 2022), com valores em risco no montante de R\$ 33.341 (R\$ 21.378 em 31 de dezembro de 2022).

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 116.125 (R\$ 107.025 em 31 de dezembro de 2022) representado por 69.177.394 ações ordinárias nominativas.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e pela reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, e juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	42.423	38.547
Destinação para reserva legal	(2.121)	(1.927)
Base de cálculo	40.302	36.620
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.075	9.155
Valor dos juros sobre capital próprio creditado*	(15.970)	(13.400)
Excedente de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuído	3.499	2.235
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária	(24.332)	(23.220)

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais nos montantes de R\$ 15.970 e R\$ 13.400 (bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, e nos montantes de R\$ 13.575 e R\$ 11.390 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	249.755	218.291
Ajustes contábeis	(9.933)	(12.811)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	16.438	19.393
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(500)	(3.979)
Patrimônio líquido ajustado – PLA	255.761	220.894
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
	23.225	
Capital adicional de risco de subscrição		25.120
Capital adicional de risco operacional	8.595	7.512
Capital adicional de risco de crédito	24.254	13.799
Capital adicional de risco de mercado	11.736	9.440
Benefício da diversificação	(13.309)	(10.401)
Capital de risco - CR (b)	54.501	45.470
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	54.501	45.470
Patrimônio líquido ajustado	255.761	220.894
(-) Exigência de capital - EC	54.501	45.470
Suficiência de capital - R\$	201.260	175.424
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	469%	486%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabeleceu condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 26.168.969 opções representam uma diluição de até 8,2% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 4.376 (R\$ 3.495 em 31 de dezembro de 2022).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

Ativo

dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Austral Resseguradora S.A.(Coligada) (a)	25.539	20.582
Total	25.539	20.582

	Passivo	
	31/12/2023	31/12/2022
Austral Participações S.A.(Controladora) (b)	15.970	-
Austral Resseguradora S.A.(Coligada) (a)	55.265	44.582
Vinci Gestora de Recursos (Coligada) (c)	31	33
Total	71.266	44.615

	Receita	
	31/12/2023	31/12/2022
Austral Resseguradora S.A.(Coligada) (a) Total	15.980	3.503
	15.980	3.503

	Despesa		
	31/12/2023	31/12/2022	
Austral Resseguradora S.A.(Coligada) (a)	(56.987)	(44.475)	(65.289) (51.235)
Vinci Gestora de Recursos (Coligada) (c)	(388)	(364)	
Administradores (Outros) (d)	(7.914)	(6.396)	
Total			

- (a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros;
(b) Valor referente JCP a pagar para a Austral Participações S.A.;
(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia; e (d) Valor referente ao *Stock Options*, benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária).

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão reconciliados, como se segue:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	59.713	59.713	55.450	55.450
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(14.928)	(8.957)	(13.863)	(8.318)
<u>Adições e exclusões temporárias:</u>				
Variação cambial	(4.994)	(4.994)	2.039	2.039
Ajuste a valor de mercado	(2.020)	(2.020)	(1.307)	(1.307)
Participação nos lucros	(383)	(383)	3.248	3.248
Outras provisões	1.620	1.620	2.089	2.089

6.069	6.069	(5.777)	(5.777)	Total
<u>Adições e exclusões permanentes:</u>				
	Despesas	(15.207)	(15.207)	indedutíveis (9.330) (9.330)
		(9.170)	(5.810)	CSSL correntes (12.542) (8.179)
	IRPJ e	(1.444)	(866)	CSSL diferidos 2.386 1.432
	Total Despesa IRPJ e CSLL	(10.614)	(6.676)	(10.156) (6.747)
	Alíquota efetiva	17,78%	11,18%	18,32% 12,17%

(*) No Resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a despesas com participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.136 (R\$ 7.695 em 31 de dezembro de 2022).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	42.423	38.547
Média ponderada das ações	69.177	69.177
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,6132	0,5572

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Índice de Sinistralidade

Índice de

	Prêmios Ganhos		% (a)		Comercialização % (b)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Garantia	181.549	159.941	0,3	(21,0)	21,3	20,2
Fiança Locatícia	-	10	-	(2,8)	-	1,7
Responsabilidade Civil Geral	5.364	1.562	30,7	20,7	19,5	17,6
R.C. Administradores e Diretores	22.033	23.522	33,6	1,7	8,8	7,9
R.C. Riscos Ambientais	598	502	9,7	17,2	15,8	16,4
Responsabilidade Civil Profissional	6.650	5.787	30,6	25,1	21,8	21,5
Riscos de Engenharia	64	357	288,3	(832,9)	11,6	13,1
Riscos de Petróleo	936.061	802.155	(0,9)	(2,2)	0,5	0,5
Lucros Cessantes	3.519	9.656	(17,6)	6,3	3,9	3,9
Riscos Nomeados e Operacionais	77.136	49.202	-	(3,1)	-	0,0
Compreensivo Empresarial	167	287	-	(0,3)	15,1	11,1
Riscos Marítimos - casco	24.446	43.621	198,9	(37,9)	8,0	7,3
Transportes	481	24.540	9,3	154,6	3,0	20,4
Ramos de atuação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total de prêmios ganhos	1.258.068	1.121.142	4,1	0,2	4,0	4,3

(a) Índice de Sinistralidade = $\{ \text{indenizações avisadas} + \text{despesas com sinistros} - \text{salvados e ressarcimentos} + \text{variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} \} / \text{prêmio ganho}$.

(b) Índice de Comercialização = $\text{custo de aquisição} / \text{prêmio ganho}$.

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ramos	Prêmio Direto Líquido de		Prêmio Cedido		Seguro (-) Resseguro =		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	Cosseguro Cedido		Resseguro		Prêmio Retido		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022				
Garantia	187.943	137.103	(98.716)	(75.834)	89.227	61.269	47,5	44,7	52,5	55,3
Fiança Locatícia R.C.	-	-	-	(1)	-	(1)	-	-	-	-
Administradores e Diretores	11.270	10.964	(5.929)	(5.925)	5.341	5.039	47,4	46,0	52,6	54,0
R.C. Riscos Ambientais	509	451	(200)	(197)	309	254	60,7	56,3	39,3	43,7
Responsabilidade Civil Geral	5.880	2.769	(1.189)	(991)	4.691	1.778	79,8	64,2	20,2	35,8
R.C. Profissional	6.321	6.163	(3.019)	(3.064)	3.302	3.099	52,2	50,3	47,8	49,7
Riscos de Petróleo	926.277	763.194	(899.010)	(739.784)	27.267	23.408	2,9	3,1	97,1	96,9
Lucros Cessantes	21	1.816	(16)	(1.669)	5	147	23,8	8,1	76,2	91,9
Riscos Nomeados Operacionais	122.987	210	(118.873)	(163)	4.114	47	3,3	22,4	96,7	77,6
Compreensivo Empresarial	116	343	(80)	(245)	36	98	31,0	28,6	69,0	71,4
Riscos Marítimos - casco	8.441	27.698	(5.358)	(8.413)	3.083	19.285	36,5	69,6	63,5	30,4

Transportes	(23)	(382)	17.417 (11.696)	(405)	5.721	1.760,9	32,9	(1.660,9)
	67,2	(1.132.772)						
Total	1.269.742	968.128 (847.982)	136.970	120.144	10,8	12,4	89,2	87,6

Ramos	Prêmio Emitido Cosseguro Aceito		Prêmio Cedido Resseguro		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Garantia	50.962	44.944	(22.463)	(20.148)	28.499	24.796	55,9	55,2	44,1	44,8
R.C. Administradores										
Diretores	10.484	13.364		(8.467)	(10.257)	2.017	19,2	23,3	80,8	76,8
R.C. Riscos Ambientais			3.107				48,9	45,7	51,1	54,3
R.C. Profissional	368	349	(45) (51)	43 43	(158) 368	191	100,0	54,7	-	45,3
Responsabilidade Civil										
Geral	107	493		(43)	-	64	59,8	100,0	40,2	-
Riscos de Petróleo	63	45	493				7,9	8,9	90,5	91,1
Riscos Nomeados				(57)	(41)	5	(1,7)	-	101,7	-
Operacionais	(4.837)	-	4				33,6	23,2	66,3	76,8
Marítimos – casco	1.349	840								
			4.918	-	81	-				
			(895)	(645)	453	195				
Total	58.584	60.129	(27.052)	(31.300)	31.530	28.829	53,8	48,0	46,2	52,1

Ramos	Prêmio Risco Vigente Não Emitido - RVNE		Prêmio Cedido Resseguro de RVNE		Cosseguro (-) Resseguro = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Ressegurado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Garantia 517	923	(1.215)	(406)	208					44,0	17,1
Fiança Locatícia	-	(1)	-	-	(1.007)		56,0	82,9	-	-
	100,0		1.105	(335)	-		(1)	-	159,9	(197,1)
R.C. Administradores			(5)	(31)					35,7	68,9
Diretores	(691)				(170) 414		(505)	(59,9)		
R.C. Riscos	297,1		54	(148)					13,3	21,9
Ambientais	14		(100)	(502)					31,2	64,4
	31,1		(225.950)	(82.135)	45 9		14	64,3	98,2	94,5
Responsabilidade			91	(91)					85,0	85,1
Civil Geral	(407)		120.537	(120.537)					96,8	96,8
	78,1		-	951	677 (353)		529	86,7	-	34,0
R.C. Profissional			496	3.930					91,0	68,7
	321					779 221	277	68,8		
	35,6									
Riscos de Petróleo	230.195		86.885	4.245	4.751		1,8	5,5		
Lucros Cessantes	(107)		107	(16)	16		15,0	15,0		
Riscos Nomeados										
Operacionais	(124.549)		124.549	(4.012)	4.012		3,2	3,2		
Transportes	-		(2.796)	-	(1.845)		-	66,0		
Marítimos - casco	(545)		(5.724)	(49)	(1.794)		9,0	31,3		
Total	105.154	203.136	(104.178)	(198.690)	976	4.447	0,9	2,2	99,1	(97,8)

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2023	31/12/2022
Resseguradora local	(1.015.017)	(891.838)
Resseguradora admitida	(177.342)	(72.978)
Resseguradora eventual	(71.643)	(113.156)
Total	(1.264.002)	(1.077.972)

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios 31/12/2023 31/12/2022

Prêmios emitidos direto	1.304.320	975.727	Prêmios cosseguro aceito a congêneres	58.584	60.129	
Prêmio cosseguro cedido a congêneres		(34.578)	(7.599)	Prêmio riscos vigentes não emitidos	105.154	203.136
Variação das provisões técnicas				(175.412)	(110.251)	
Prêmios ganhos				1.258.068	1.121.142	
b) Sinistros ocorridos	31/12/2023	31/12/2022				
Indenizações diretas				(54.565)	(19.861)	
Despesas diretas				(2.790)	(5.341)	
Recuperação de sinistro				9.090	557	
Salvados e ressarcimentos				-	20.116	
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto				(3.083)	1.712	
Total				(51.348)	(2.817)	
c) Custo de aquisição				31/12/2023	31/12/2022	
Comissões sobre prêmios emitidos				(67.911)	(54.311)	
Recuperação de comissão de cosseguro				3.835	1.426	
Variação despesa de comercialização diferida				17.199	6.889	
Outros custos de aquisição				(3.222)	(2.654)	
Total				(50.099)	(48.650)	
d) Outras receitas e despesas operacionais				31/12/2023	31/12/2022	
Outras receitas						
Recuperação receitas resseguro				52	574	
Outras despesas						
Tarifa bancária				(23)	(37)	
Inspeção de risco				(174)	(59)	
Provisão para perda de valor recuperável – Seguros				(20.922)	(3.719)	
Provisão para perda de valor recuperável – Resseguros				20.481	1.644	
Despesas com emissão de apólice				(14)	(161)	
Despesas com operações de seguros				(1.408)	(2.711)	
Outras despesas				(95)	-	
Total				(2.103)	(4.470)	
e) Resultado com resseguro				31/12/2023	31/12/2022	
Recuperação de indenização				38.138	2.144	
Recuperação de despesas com indenização				1.801	1.926	
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados				3.361	(3.820)	
Receita com participações em lucros				12.714	19.085	
Prêmio cedido em resseguro				(1.264.002)	(1.077.972)	
Repasse de salvados e ressarcimentos				-	(15.590)	
Provisão de prêmio não ganho				142.335	95.709	
Outros resultados com operações de resseguro				(64)	223	

Total	(1.065.717)	(978.295)
f) Despesas administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(24.189)	(21.829)
Despesas com incentivo baseado em ações	(881)	(3.476)
Despesas com localização e funcionamento	(2.183)	(2.525)
Despesas com serviços de terceiros	(8.728)	(10.097)
Despesas com depreciação e amortização	(4.015)	(4.123)
Outras	(2.107)	(1.829)
Total	(42.103)	(43.879)
g) Despesa com tributos	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com COFINS	(10.156)	(8.225)
Despesas com PIS	(1.857)	(1.442)
Taxa de fiscalização	(954)	(835)
Outras	(271)	(545)
Total	(13.238)	(11.047)
h) Resultado financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	35.285	27.893
Títulos disponíveis para venda	17.532	19.206
Com operações de seguros	207.656	199.310
Valorização cambial do disponível	6.558	7.262
Ajuste derivativos - Futuro	21.894	9.693
Outras receitas	465	438
Total das Receitas	289.390	263.802
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(23.251)	(7.728)
Títulos disponíveis para venda	(4.026)	(4.665)
Com operações de seguros	(197.005)	(201.717)
Encargos com obrigações	(430)	(83)
Desvalorização cambial do disponível	(12.128)	(8.910)
Ajuste derivativos - Futuro	(18.325)	(8.353)
Outras despesas	(1.835)	(1.185)
Juros sobre capital próprio	(15.970)	(13.400)
Total das Despesas	(272.971)	(246.041)
Total	16.419	17.761
	15.970	13.400
i) Resultado patrimonial	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	15.970	13.400

Total resultado patrimonial

23. Responsáveis

Conselheiros:

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente: Carlos Frederico da
Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro
Rodolfo Arashiro Rodriguez

Controller: Mauro
Reis D'Almeida

Contadora:

Ana Carolina Gonçalves Schaefer CRC
RJ -113827/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029